

TRABALHOS REPRODUTIVOS E DE CUIDADO: Mudanças e Permanências na Invisibilização e Precarização da Vida de Mulheres Migrantes em Ijuí/RS e as Violações de Direitos Humanos

Júlia Menuci

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Ijuí/RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4917-7379>

Ivo Canabarro dos Santos

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Ijuí/RS, Brasil.
Pesquisador Gaúcho Fapergs. Pesquisador associado à Unesco. <https://orcid.org/0000-0002-6937-4698>

Joice Nielsson

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Ijuí/RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-3808-1064>

RESUMO

Esta pesquisa investigou a vida de imigrantes femininas europeias e latino-americanas diante de dois grupos de análise: mulheres que migraram a Ijuí/RS no século 20 e mulheres que se deslocaram no século 21, a fim de vislumbrar a execução de trabalhos reprodutivos e de cuidado não só no espaço familiar, mas também diante do espaço público, mediante o recebimento de remuneração. A pesquisa visava a criar um estudo feminista, anticapitalista, decolonial, interseccional, amparando-se na teoria biopolítica. Para a confecção do trabalho, que detém cunho qualitativo, utilizou-se do método dedutivo, tendo como técnicas de procedimentos aplicadas a bibliográfica e a técnica documental, com auxílio do Museu Antropológico Diretor Pestana; e, por fim, aplica-se a técnica de procedimento de pesquisa de campo, pautando-se em questionário semiestruturado, realizando entrevistas com mulheres imigrantes. Os resultados obtidos mostram que as mulheres que se deslocam no século 20 o fazem por escolha masculina, sendo passivas na tomada de decisão do ato migratório. Em comparação, as mulheres que migram no século 21 o fazem porque tentam modificar suas condições de vida e da prole, ratificando o fenômeno da feminização das migrações. As venezuelanas padecem sob preconceitos de racismo e xenofobia, principalmente por marcadores de raça e classe, desempenhando atividades reprodutivas e de cuidado como porta de entrada para essas no mercado de trabalho e adquirindo um caráter duplo na jornada laboral. A grande permanência identificada pela pesquisa é que os trabalhos domésticos ainda recaem às mulheres, com respaldo na legitimidade que o patriarcado lhes atribuiu, utilizando-se de conceitos, como o amor e a maternagem, como atributos intrinsecamente femininos, tornando as mulheres responsáveis pela execução dessas tarefas dentro do espaço privado, sem remuneração e sem conferir visibilidade e importância a esse labor à medida que ele é a base para que a cadeia produtiva capitalista continue girando.

Palavras-chave: direitos humanos; gênero; feminismo; mulheres imigrantes; trabalhos reprodutivos e de cuidado.

REPRODUCTIVE AND CARE WORK: CHANGES AND PERMANENCE OF INVISIBILITY AND PRECARIOUSNESS OF MIGRANT WOMEN'S LIFE IN IJUÍ/RS AND HUMAN RIGHTS VIOLATION

ABSTRACT

This research investigated European and Latin American woman immigrant lives in two groups of analysis: women who migrated to Ijuí/RS in 20th century and women who moved in the 21st century; in order to envision the execution of reproductive and care work not only in the family space, but also in the public space, through the perception of remuneration. The research aimed to create a feminist, anti-capitalist, decolonial, intersectional study, based on biopolitical theory. To prepare the work, which has a qualitative nature, the deductive method was used, with the following procedural techniques applied: bibliographical; documentary technique, with assistance from the Anthropological Museum Director Pestana; and finally, it applies the field research procedure technique, based on a semi-structured questionnaire, conducting interviews with immigrant women. The results obtained show that women who moved in the 20th century did so by male choice, being passive in making the decision to migrate. In comparison, women who migrate in the 21st century do so because they intend to change their living conditions and that of their offspring, ratifying the phenomenon of feminization of migration. Venezuelan women suffer from prejudices of racism and xenophobia, mainly due to markers of race and class, performing reproductive and care activities as a gateway for them into the job market and acquiring a double character in the working day. The great permanence identified by the research is that domestic work still falls to women with the support of the legitimacy that patriarchy attributed to them, using concepts such as love and mothering as intrinsically feminine attributes, making women responsible for carrying out these tasks within the private space, without remuneration and without giving visibility and importance to this work as it is the basis for the capitalist production chain to continue rotating.

Keywords: human rights; gender; feminism; migrant woman; reproductive and care work.

Submetido em: 2/4/2024

Aceito em: 12/4/2024

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em voga é trazida até a contemporaneidade diante da evolução dos estudos de gênero, que se originam dentro do movimento de mulheres formado a partir dos anos 1960, e que, posteriormente, se denomina Movimento Feminista. Também, parte da busca pela diminuição das distinções desiguais entre homens e mulheres como consequência direta da modificação do sujeito feminino no entorno social. A temática dos trabalhos domésticos, inseridos no rol dos labores reprodutivos e de cuidado, vem sendo percebida e estudada na contemporaneidade, ganhando visibilidade há pouco tempo, tendo sido mencionada no início dos anos 1980 e aprofundando esse rol de estudo a partir dos anos 2000.

Para elucidar a proposta deste trabalho, é imprescindível compreender que atribui-se à nomenclatura de trabalhos reprodutivos e de cuidado o conjunto de atividades desempenhadas e relações existentes por meio das quais a vida e o trabalho dentro e fora de casa são (re)constituídos diariamente e essenciais para a manutenção da vida sob um prisma social, econômico e político, chamados popularmente de trabalho doméstico (Federici, 2019). Considera-se, desse modo, tanto as atividades gratuitas desempenhadas dentro de sua própria casa pelas mulheres quanto as atividades remuneradas de mesmo cunho realizadas fora de casa e que envolvem a reprodução dessas – trabalho doméstico, de limpeza, babás, cozinheiras, dentre outros –, muitas vezes em condições precárias e sempre invisíveis.

Mesclando-se com esse grande tema de pesquisa, a temática deste estudo insere-se na investigação da vida de mulheres que imigraram e residem em Ijuí, município localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e que possui sua composição pautada na multietnicidade. Esta pesquisa analisa essas vivências em dois contextos históricos e migratórios diversos: migrações europeias no início do século 20 e no contexto das migrações da atualidade, especialmente latino-americanas, no século 21, formando uma análise de um século de participação e atuação feminina no ato migratório.

Esta pesquisa tem como foco analisar as mudanças e/ou permanências sobre o modo como a estruturação de arranjos familiares e os estereótipos de gênero e raça¹, bem como as relações entre patriarcado² e capitalismo de cada contexto, repercutiram na inserção

¹ A noção de raça utilizada por este trabalho está baseada em padrões sociais e não biológicos. Os estudos mais avançados em genética humana revelam-nos que não consiste em uma realidade biológica. Para Munanga (2003), foi um conceito feito para explicar a diversidade humana. O mesmo afirma que biológica e cientificamente as raças não existem. Segundo suas observações, o autor conclui que nos estudos sobre a diversidade humana as raças foram hierarquizadas, estabelecendo uma escala de valores; sendo assim, os indivíduos da raça branca foram considerados os superiores, sendo a raça uma construção sociológica, constituindo-se uma categoria social de dominação, e, ao mesmo tempo, de exclusão. Segundo Silva e Soares (2011), as palavras raça e negro nos contextos opressores são usados para diminuir e ridicularizar, e num contexto de resistência podem ser utilizadas para a afirmação da identidade como negros.

² O dicionário crítico de gênero explica que a origem da palavra patriarcado advém da união das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem, comando), que concerne a organização familiar gerida pelo pai ou outro homem da casa. Colling e Tedeschi (2019) mostram que a origem da expressão marca a origem da propriedade privada, momento em que se tem uma nova organização social, agora centrada no homem e na monogamia da mulher, diferente da antiga organização social das sociedades primitivas que eram baseadas no matriarcalismo. A expressão designa a verdadeira propriedade, não somente sobre bens materiais, mas também dos corpos. Na atualidade, compreende-se como patriarcado o “modelo ideológico para o estabelecimento das relações familiares e sociais entre homens e mulheres, modelo que naturaliza e legitima a dominação masculina, particularmente sobre a esposa e as filhas. Esse discurso, ainda largamente difundido na maioria dos países, tem permitido aos homens várias prerrogativas de mando e controle, incluindo a violência física como forma de punição doméstica e privada contra as mulheres” (Colling; Tedeschi, 2019, p. 578).

destas mulheres em práticas de trabalho reprodutivo e de cuidado invisibilizadas e precárias, constituindo, assim, fator potencializador de exploração e de violação de seus Direitos Humanos, e, deste modo, de sua vulnerabilização e precarização econômica e social, no entanto não sem resistências.

Sob esse aspecto, este estudo apoia-se na teoria biopolítica como uma forma de organização de poder e soberania típica da Modernidade/Colonialidade³ para traçar o perfil da mulher migrante em virtude das relações de poder inseridas sobre elas e das repercussões das desigualdades de gênero e raça sobre a já precária condição migrante. Considera-se, portanto, que o capitalismo e o machismo andam de mãos dadas e formam um *continuum* histórico que, para além dos avanços no campo dos direitos das mulheres, vivenciados nas últimas décadas, segue hierarquizando e explorando mulheres em prol da perpetuação das condições de produção e acumulação de capital nas suas mais diversas formas.

Considerando o eixo temático da pesquisa e analisando relatos de mulheres migrantes que se instalaram em Ijuí/RS no contexto dos fluxos migratórios europeus no início do século 20, e de mulheres latino-americanas que migraram na atualidade a partir de deslocamentos já no século 21, seu problema central visa a responder o seguinte questionamento: Quais são as mudanças e/ou permanências sociais sobre o modo como a estruturação de arranjos familiares, dos estereótipos de gênero e raça, e das relações entre patriarcado e capitalismo que repercutiram em uma divisão sexual e racial do trabalho inserindo estas mulheres em práticas de trabalho reprodutivo e de cuidado, invisibilizadas e precárias, que contribuíram para a violação de seus direitos humanos e maior exploração, vulnerabilização e precarização de sua vida?

Muito embora na pós-Modernidade⁴ a mulher tenha conquistado seu espaço de atuação fora do doméstico, esse local ainda é reservado para atuação feminina, fazendo com que mulheres de todo o mundo aglomerem jornadas laborais duplas ou triplas, mesclando os espaços de deslocamento. O desenvolvimento da pesquisa encontra amparo na cidade de Ijuí pela vasta mescla de etnias que se encontram na cidade desde sua fundação em 1890 e permanecem até a contemporaneidade, juntamente com os indígenas que ali habitavam. A multiculturalidade da cidade, inclusive, fora reconhecida recentemente com a promulgação da Lei Federal nº 14.280 publicada em 29 de janeiro de 2021, conferindo o título de “Capital Nacional da Etnias” ao município, fato que também justifica a execução da pesquisa no espaço geográfico escolhido.

Este trabalho foi estruturado de diversas formas, ancorando-se em múltiplas metodologias, detendo viés qualitativo. Esse tipo de pesquisa preocupa-se em avistar, de

³ Este estudo tem como marco temporal o período da Modernidade, localizado entre o Renascimento e o Iluminismo, desenvolvendo-se durante a colonização das Américas e resultando no capitalismo neoliberal. Parte-se da conceituação de Walter Mignolo, que infere a ligação direta entre “Modernidade/Colonialidade”, na qual explana que o projeto de modernidade só se confirma por meio da dominação de povos subalternos em detrimento do poder colonial diante do tráfico de africanos escravizados, sendo a colonialidade o lado mais escuro da modernidade. Nesse contexto, a colonialidade “é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2016, p. 2). Assim, o estudo aborda o conceito de decolonial partindo da premissa que o processo de colonização terminou, mas que as relações de poder, dominação e racialização de povos e pessoas ainda encontram-se em evidência no entorno social. O conceito contará com uma seção específica no desenvolvimento da tese para interligar-se com o objeto de estudo.

⁴ Período no qual o marco central é a queda do muro de Berlim, em 1989, marcada pela modificação de pensamento humano através da racionalização advinda da Revolução Industrial e do movimento iluminista (Anderson, 1999).

maneira abrangente, a repercussão dos casos estudados, inserindo-os nas teorias basilares do estudo e fugindo de um olhar quantitativo. Ou seja, não se pretende criar padrões gerais com a utilização de um vasto número de indivíduos no estudo, mas, sim, avistar circunstâncias pontuais que serão identificadas nas falas das amostras coletadas.

Fora elegido para a utilização na pesquisa o método dedutivo aplicado às ciências jurídicas e sociais. A investigação utilizou métodos mistos de procedimento, quais sejam: bibliográfico, documental e de campo, pois convergem entre si.

O método documental foi executado junto ao Museu Antropológico Diretor Pestana, existente na cidade de Ijuí-RS, para buscar informações complementares que se adequavam ao foco do estudo. Esses documentos permitiram concluir a fase de coleta de dados quanto às vivências de mulheres na cidade, completando o estudo, sendo possível chegar até as premissas de conclusão. Assim, foram investigados e analisado documentos como fotos, jornais da época, pastas de famílias que migraram, relatos históricos contidos em livros, cartas, mapas, finalizando a coleta de dados da pesquisa.

A técnica de pesquisa de campo interliga-se às outras metodologias e, além de buscar documentações formais e informais com dados verídicos da migração humana na atualidade, ela possibilitou a execução de entrevistas junto as mulheres migrantes. Essa técnica visou a reconstruir a trajetória de mulheres que migraram para a cidade de Ijuí, avistando as práticas laborais dessas quanto aos trabalhos reprodutivos e de cuidado, remunerados ou não. Para além disso, a técnica também possibilitou identificar antigas e novas práticas que reverberam os comportamentos típicos que recaem aos estereótipos de gênero.

O questionário semiestruturado fora escolhido para a realização do trabalho, posto que ele amplia as possibilidades de respostas das perguntas. Isso porque as mulheres colaboradoras da pesquisa trazem consigo uma grande bagagem cultural, social, familiar e de vivências que somente corpos marcados pelo gênero podem refletir. Justamente em detrimento disso, o questionário semiestruturado é um guia que traz à tona emoções e percepções não somente do passado, mas também do presente e futuro. Esse artigo é fruto da pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

2 TEORIZANDO OS TRABALHOS REPRODUTIVOS E DE CUIDADO: GÊNERO E PODER

Segundo Okin (2008), distinções entre público e privado têm tido um papel central, especialmente no sistema político e econômico. O privado é usado para designar área(s) da vida social nas quais a interferência – em relação à liberdade – requer justificativa especial, e o público refere-se a uma esfera(s) vista como geralmente mais acessível. Nesse sentido, afirma a autora, público/privado é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade quanto para designar a distinção entre vida não doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado, como esfera do poder político, é localizada no espaço público, e a família e a vida íntima e doméstica são mantidas na esfera do privado.

Este debate remonta especialmente à constituição da Modernidade e ao nascimento do Estado, afirma Nielsson (2016), quando os principais teóricos abordavam público e privado

como locais diferenciados e que operavam de acordo com princípios distintos. John Locke, por exemplo, define o poder político distinguindo-o das relações de poder que operam dentro dos limites da casa. Também, Rousseau e Hegel contrastam o altruísmo particularista da família com a necessidade de razão imparcial no âmbito do Estado e citam esse contraste para legitimar o poder masculino na esfera doméstica (Nielsson, 2016).

O gênero é também o campo primordial pelo qual o poder articula-se, uma vez que “estabelecidos como um conjunto de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização simbólica de toda a vida social”. “Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder, o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo” (Scott, 2005, p. 16).

Partindo do conceito de trabalho reprodutivo e de cuidado elucidado na introdução, práticas conhecidas popularmente como trabalhos domésticos, sendo essas, labores remunerados ou não, Zirbel (2007) explica que quando as práticas laborais reprodutivas e de cuidado saem do pálio da esfera privada essas passam a ter visibilidade pela importância da execução dessas atividades. É nesse momento que se vislumbra que esse conjunto de atividades nada mais é do que o desenvolvimento de aptidões e formas particulares de raciocínio.

A maternagem e o cuidado, atributos que recam ao feminino, assim como qualquer outro tipo de habilidade desenvolvida, não requer uma formação biológica específica – tal como gerar uma vida –, mas, sim, origina-se de demandas e práticas sociais partilhadas. A prática regular de toda e qualquer atividade por um ser humano pode se tornar uma habilidade e um hábito. Se, portanto, as capacidades humanas transformam-se em habilidades desenvolvidas de acordo com a necessidade e a repetição de atos, questiona-se: Por que o corpo da mulher é primordialmente incumbido de realizar essas tarefas?

No que se refere aos trabalhos domésticos, “as relações de poder que operam no espaço familiar evidenciaram historicamente que este tipo de trabalho onera de maneira especial as mulheres, que são responsabilizadas pela reprodução do lar, da vida privada, das necessidades básicas dos indivíduos e da própria espécie humana” (Alves, 2019, p. 64). Respondendo o questionamento anterior, tais atividades recaem sobre a mulher, posto que são classificadas apenas no gênero, por meio de concepções essencialistas e biológicas para reafirmar estereótipos que apontam para a natureza intrínseca feminina de realizar esse tipo de labor.

Federici (2019) afirma que não há nada de natural no labor doméstico. Desde pequenas as meninas são ensinadas por suas mães a respeito das atividades que devem desempenhar dentro de casa, principalmente após o casamento. Não há liberdade em ser mulher quando se está sendo ensinada desde os primeiros anos de vida a ser dócil, subserviente e dependente.

O mito do “feito com amor” é utilizado pelo patriarcado e pelo capital para manter o ciclo vicioso que aprisiona as mulheres, isso porque utiliza-se de uma via de mão dupla para mantê-las aprisionadas ao doméstico: algumas mulheres são dependentes dos salários dos maridos, pois ficam em casa cuidando da prole e do lar ou ainda fazem com que outras mulheres precarizadas socialmente trabalhem para elas por salários parcos, repercutindo no fenômeno da delegação de atividades dentre mulheres, na maioria das vezes de mulheres brancas para racializadas. Essa sistemática reflete em um esquema simbólico e estrutural de

dominação dos corpos por intermédio do poder, que ultrapassa as barreiras do invisível e torna-se palpável dentro do espaço doméstico.

As mulheres possuem uma combinação de serviços físicos, emocionais e sexuais para serem cumpridos de acordo com a sociedade (patriarcal) em que estão inseridas e o sistema capitalista, o que as torna verdadeiras servas do doméstico sob a premissa do natural. Não há como não abordar aqui a ótica capitalista quando se intenta falar sobre a dominação e subjugação dos corpos femininos.

O trabalho doméstico e de cuidado é um trabalho precário, mas, para entendê-los, é necessário compreender que as relações de poder dentro da sociedade e da própria família alcançam a mulher de modo que ela seja o mais precarizado dos indivíduos que desempenham essas atividades. “A intensificação do trabalho é uma das consequências da precarização e da flexibilidade do emprego”, ou seja, de um lado existe a necessidade de trabalhadoras que desempenhem esse trabalho pelas causas mencionadas supra, e por outro há a necessidade de sobrevivência e de auferir renda por parte dessas mesmas trabalhadoras, resultando em uma precária relação contratual que paira sobre a informalidade (Hirata, 2015, p. 11).

O gênero alcança dimensões econômico-políticas dado ao fato de que a função da mulher na sociedade estrutura a economia básica, pois o trabalho produtivo/remunerado só é exercido por que há exploração do trabalho reprodutivo/não remunerado que recai sobre as mulheres no plano interno. Quanto ao plano externo, “as ocupações profissionais e manufatureiras de remuneração mais alta, em que predominam os homens, e ocupações de “colarinho rosa” e de serviços domésticos, de baixa remuneração, em que predominam as mulheres”, resultam em disparidade econômica-cultural e culminam na marginalização e privação de sujeitos marcados pelo gênero e desprovidos economicamente, retornando à injustiça redistributiva e de reconhecimento (Fraser, 2006, p. 233).

Adentrando especificamente no trabalho de *care*⁵, como é denominado nos estudos feministas, eles são emblemáticos quanto às desigualdades ancoradas no gênero e entrelaçadas à raça e classe, posto que as cuidadoras são majoritariamente mulheres pobres, negras e, por vezes, migrantes, advindas de migrações internas e externas. Esse tipo de trabalho é exercido por mulheres há séculos dentro do espaço doméstico, de forma não remunerada, sob o clamor da execução por meio do amor e do instinto materno, no cuidado com as crianças, idosos e deficientes. Sua execução era completamente invisibilizada aos olhos do público e de como ele é um sustentáculo da produção ocorrida fora dele.

Para Lise Vogel (1983), é de interesse do capitalismo manter as relações de gênero imutáveis, uma vez que essas afetarão os lucros advindos desse sistema, sendo a luta de classes a prática central para o desenvolvimento social. A investigação de Vogel (1983) remete a que a (re)produção diária e geracional da força de trabalho feminina é uma categoria essencial e invisibilizada na teoria de Marx e possui valor de trabalho, sendo, inclusive, uma mercadoria especial, pois mantém o sistema ativo e revigorado.

⁵ Cuidado, tradução literal do inglês.

O trabalho doméstico feminino ultrapassa as barreiras do limpar e cozinhar. Trata-se da servidão aos assalariados de forma física, emocional e sexual, preparando-os para o trabalho no âmbito público. Como consequência disso, tem-se que atrás de toda a cadeia produtiva capitalista, de todas as indústrias, empresas, fábricas, escritórios, “há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move” esses locais (Federici, 2019, p. 68).

Desse modo, o trabalho doméstico advindo da família é considerado o pilar que sustenta toda a produção capitalista, uma vez que, para isso, conta com uma força de trabalho disciplinada e estável. A força reprodutiva feminina é extremamente explorada pelo capital para que sua base – os trabalhadores – continuem alimentando o sistema econômico. Os estudos de Federici (2019) mostram que, quando conveniente, as mulheres são incentivadas à reprodução e manutenção da prole. Quando, todavia, elementos como raça e classe são aglutinados a essa equação, por vezes os corpos são contidos de modo a não proliferar indivíduos indesejados.

“Ao mesmo tempo em que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação”. Esse papel, como apontam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), é atribuído às pessoas do sexo feminino, pois a organização da reprodução social pauta-se nos papéis de gênero para manter seu ciclo de funcionamento, entrelaçando gênero, raça, classe e nacionalidade.

Nesse aspecto, há uma divisão sexual e racial dos trabalhos reprodutivos e de cuidado que foram permeados por séculos mediante a escravidão e o colonialismo. Essa divisão subjuga mulheres racializadas a fornecer esse tipo de trabalho de modo gratuito ou em condições de extrema exploração, impulsionando e favorecendo não somente homens brancos, mas também mulheres brancas abastadas. A construção social pós-moderna perpetua práticas milenares de dominação de mulheres, encorajando-as a assumir seu papel de gênero em atividades que se relacionem com o feminino e com a manutenção do trabalho de reprodução de pessoas que se traduzem em modelos de famílias heteronormativas.

O capitalismo também interfere diretamente na preservação da violência de gênero, uma vez que se utiliza do binômio classe-gênero para constituir dependência econômica e emocional das mulheres por meio de subempregos. Essas atividades precárias remuneradas, somadas ao peso do trabalho reprodutivo e de cuidado não remunerado, resulta em dependência econômica do parceiro, o que faz com que muitas mulheres em situação de violência permaneçam na insegurança dos lares pelo fator econômico (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

A atuação feminina dentre as esferas modifica-se e há uma ruptura do *status quo ante* em que foram alocadas. Ademais, a imprescindibilidade das atividades que são desempenhadas no local privado reverbera na manutenção de toda a atividade produtiva no âmbito público. Tais atividades são vitais para a sobrevivência de toda a cadeia social, suportando e amparando sistemas econômicos e produtivos.

3 BIOPOLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES FEMININAS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

A migração não é um evento novo, considerando-se que diversas partes do globo foram descobertas e civilizadas por meio de expedições migratórias. Esse movimento, entretanto, era realizado majoritariamente pelos homens que atuavam como sujeito de referência para o ato. Nas últimas décadas os movimentos migratórios têm alcançado uma vasta gama de novos indivíduos e lugares. Diante de prismas de pobreza, calamidades, desastres naturais, guerras, fome, dentre outros adventos, para muitos a migração torna-se a única saída para sobrevivência.

Nessa condição, o Brasil foi um país construído em cima do incentivo migratório, uma vez que era necessário mesclar a população residente nessas terras com os imigrantes europeus com o intuito de um branqueamento populacional (Seyferth, 2002). Por séculos as mulheres participavam desses deslocamentos apenas como meras expectadoras. Somente há pouco tempo, nos estudos sobre migração, é que elas perdem o estigma de acessórios migracionais e se tornaram protagonistas em muitos vieses de sua vida.

Tradicionalmente, as poucas mulheres que migravam o faziam na companhia do cônjuge, cenário que vem se modificando com os novos arranjos da vida feminina e dos múltiplos fatores que intervêm e impulsionam esse ato. No início do século 21 a migração tornou-se um dos mais importantes temas de debates internacionais pelo vasto número de pessoas que migravam, passando a ocupar um lugar de destaque na agenda política das grandes nações, mas, ainda no século 20, é esse ato que impulsiona o desenvolvimento de países tal como o Brasil (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020).

Há uma série de aspectos que devem ser observados quando se intenta olhar sobre esse advento com uma perspectiva mais humana e qualitativa que foge dos estereótipos que prejudgam os imigrantes como agentes agressivos, criminais e violentos, que intentam solapar as oportunidades e direitos dos nacionais e que devem padecer na miséria, retornando à sua nação. Giorgio Agamben (2004) leciona e aprofunda acerca da teoria da biopolítica que vem a congruir com o estudo das migrações de modo geral, afirmando que o biopoder controla as vidas que estão em determinado local de modo a proteger as que importam e aniquilar as que não importam, que não produzem economicamente e não merecem ser vividas. O autor conceitua as vidas nuas sendo essas desprovidas de valor político, econômico, social e de direitos, abandonadas pelas governanças e, até mesmo, por outros seres humanos, esquecidos à sua própria sorte.

Essas vidas não possuíam importância, pois sua utilidade não é produtiva aos olhos estatais. Seu direito à vida passa a não existir e sua morte ocorre pelas mãos do próprio governo, sendo justificada e desejada. Ao elencar o limite da vida protegida e daquela exposta à morte, Agamben (2010) expõe simultaneamente o princípio maior da biopolítica: a politização da vida e da morte de acordo com os interesses do Estado, como já previa Foucault. Assim, compreende-se que o regime biopolítico poderá incentivar tanto a manutenção da vida quanto o incentivo da morte, de acordo com sua relevância e valoração.

O sujeito da vida nua é denominado por Agamben (2010) de *homo sacer*. Esse sujeito é desprovido de valor sob a ótica estatal e não é contemplado pela lei, podendo ser assassinado a qualquer momento sem que isso constitua um delito ou ato ilícito. A vida nua não é chorada

ou lamentada; ela é ignorada, invisibilizada, pois não produzia capital suficiente para ter valor ao Estado biopolítico. Para a conceituação de biopolítica e biopoder serão utilizados, também, os estudos de Christa Wichterich (2015) para além dos estudiosos citados acima. Wichterich (2015, p. 25) explica que

A biopolítica pode ser definida como o conjunto de técnicas e estratégias de governança para construção de poder que orienta e controla os corpos, a saúde e a vida de uma população inteira através da regulação da reprodução, fertilidade e mortalidade. Regulam a habitação e mobilidade, através de esquemas de moradia e reassentamento, programas de urbanização, limpeza étnica e políticas de asilo e de migração. Já o biopoder é exercido por meio de políticas demográficas e de saúde, sociais ou de impostos, perfazendo uma forma de governo que intervém profundamente nas práticas sociais, na ordem simbólica e nos sistemas de valor, bem como na intimidade da reprodução. Ele constrói e reenquadra a ordem social – ao interagir com várias forças sociais, políticas e religiosas – alterando a “natureza” da população e da reprodução, sistemas de valores e direitos dos cidadãos. O biopoder intervém também nos efeitos das necessidades individuais, desejos e modos de vida.

Sob esse prisma, a biopolítica pode ser compreendida como um mecanismo procedimental da governança para alicerçar o poder de domínio e controle dos corpos sob seu território, regulando populações, grupos, comunidades e indivíduos em sua singularidade. Reflete também nas práticas sociais e nas vivências por meio de políticas públicas, programas governamentais, legislações. Esses aparatos são utilizados a fim de intervir diretamente nos corpos de forma profunda, ancorando-se no sistema econômico, na cultura, nas práticas religiosas e todos os elementos que amparam a vida em sociedade, tendo, assim, controle de todos os vieses que interagem na vida humana.

Outra forma de intervenção dos/nos corpos é a aglutinação de estereótipos de desigualdade, como gênero, raça, classe, sexualidade, etc. A terminologia que faz compreender acerca desse somatório de estigmas que habitam corpos estigmatizados é a interseccionalidade.

O termo interseccionalidade fora cunhado por Kimberlé Crenshaw quando da publicação, em 1991, de seu estudo *“Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor”*. Muito embora o termo interseccionalidade tenha surgido, de certo modo, tardiamente, com Crenshaw, o pensamento interseccional já eclodia sobre o movimento feminista negro e as escritas críticas que ocupavam as ruas anteriormente (Collins; Bilge, 2021).

A interseccionalidade demarca, primordialmente, o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra e aborda linhas de opressão social-estrutural, quais sejam, o racismo, o capitalismo, o cisheteropatriarcado⁶, a religião, a nacionalidade, e ainda muitos

⁶ Segundo Akotirene (2019, p. 67), o termo remete ao entrecruzamento de patriarcado, gênero, religião e estruturas familiares de modo que, sendo o patriarcado um sistema político que molda a cultura e os costumes mediante a dominação masculina, pautado na religião e na família nuclear heteronormativa, esse acaba por impor papéis de gênero desde a concepção dos seres humanos, inserindo-se já na infância por meio da construção de identidades de gênero binárias, formadas por estruturas biológicas ditas naturais, quando pessoas que não se encaixem na estrutura construída e performando o gênero que lhe foi designado no nascimento (afirmando-se como cisgênero) não farão parte do entorno social, justificando sua subjugação e desigualdade. A nomenclatura remete à aglutinação das palavras cisgênero-heterossexual-patriarcado afirmando-se os conceitos por trás dessa terminologia.

outros, fazendo com que se aviste a colisão de tais estruturas na formação do indivíduo no corpo social e sua performatividade diante dele. O conceito, entretanto, vai muito além da aglutinação de marcadores identitários. Conforme revela Santos (2018), a interseccionalidade reflete as matrizes da opressão por intermédio de categorias estruturais das relações de poder sociais, nas quais são construídos e ancorados os sistemas de privilégios, não atuando de forma isolada, mas, sim, em uma harmonia de desigualdade, autoafirmando-se e reforçando uma à outra.

Akotirene (2019) reforça que raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade são marcadores latentes que fazem emergir diferenciações dentre os corpos abjetos⁷, rememorando a classificação utilizada por Judith Butler. Não se trata, entretanto, de um jogo de infortúnios, de hierarquizações mais ou menos importantes. Muito embora Akotirene (2019) reforce que a raça é, sim, um marcador importante e que, de certo modo, sopesa mais do que outros elementos – vide exemplo das desigualdades sofridas por mulheres brancas e negras –, todos os constituintes hierarquizantes fazem com que as mulheres padeçam por conta de estruturas desiguais.

A interseccionalidade intercala-se com o advento da feminização das migrações, que, de acordo com Marinucci (2007), deve ser avistado sob três perspectivas diferentes: quanto ao viés quantitativo, na medida em que o número de mulheres que migram aumenta; sob o viés da modificação de perfil, uma vez que há, de fato, uma feminização no ato migratório, mudando o perfil dos agentes ativos e passivos; e ainda sob a linha da visibilidade, posto que a migração feminina toma maiores proporções científicas, sociais e políticas.

Para além da reunião familiar, desde 1930 iniciam-se as migrações femininas com o intuito de buscar oportunidades educacionais e laborais, motivações que se intensificaram após o fim da guerra, e a partir de 1960 observam-se números crescentes de mulheres que migram, apesar de não haver um grande salto quantitativo desses. É sob essa ótica que o panorama das migrações femininas é incrementado após o período de guerras, com o aspecto de que as crises cíclicas advindas das guerras abalam nitidamente o processo econômico capitalista e as mulheres tornam-se uma boa saída para obtenção de mão de obra a ser explorada, principalmente por atuarem na invisibilidade e por trazerem consigo, por vezes, familiares e prole, que poderiam também servir como trabalhadores (Marinucci, 2007). “Nesse contexto, a sujeição das mulheres à ordem capitalista, colonial, racista e patriarcal se intensifica” (Alves, 2019, p. 131).

Após a Segunda Guerra Mundial um novo fenômeno de labor feminino surge, o chamado *Global Care Chain*, fruto do trabalho de *care* supramencionado. Em tradução literal, formam-se cadeias globais de trabalhos de cuidado, de cunho reprodutivo e doméstico, que demandam novos deslocamentos femininos em busca de corpos para desempenhar tais labores.

⁷ Muito embora não cunhado o termo por Judith Butler, a autora se apreende da denominação pensada por Julia Kristeva e aplica a abjeção dos corpos sob o simulacro social referindo que esses corpos são o excremento da sociedade, ou seja, os corpos que são consideradas vidas nuas, sem importância e que a sociedade não quer avistar, mas, sim, se possível, esconder, matar – diante de uma concepção biopolítica. São corpos vulneráveis, que se negam a performar o que lhes é imposto socialmente e lutam contra a generalidade importa (Porchat, 2015).

Com isso, para além da reunião familiar e melhorias nas condições econômicas vividas, a migração feminina, a partir de 1960, também detinha cunho político na medida em que essas mulheres eram transgressoras dos signos inseridos em seus corpos – gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, sexualidade. A antiga crença trazida até a contemporaneidade é de que o homem era o sujeito mais propício ao ato migracional, por ser forte e astuto, e a mulher era a defensora da comunidade, das crianças e idosos; resplandecem estereótipos de gênero que castram possibilidade dos corpos (Assis, 2004). O ato migratório é usado no rompimento de vínculos discriminatórios, pautados principalmente no gênero, na raça e na classe; ele torna-se um ato político, sendo a manifestação das capacidades daquele prejudgado como incapazes.

Assis (2004) leciona que a maioria das migrantes no século 20 saídas do Brasil e da Europa com destino aos EUA assumiam papéis de gênero que eram impostos a elas e trabalham majoritariamente em labores domésticos. Ou seja, passam-se os séculos e as antigas concepções generificadas perpetuam-se, pois perpetuam-se também os costumes e as práticas sociais. Nessa perspectiva, a emancipação feminina pode ser tanto a causa como a consequência do movimento migratório: a busca pela mobilidade reflete tanto a conquista de maiores prerrogativas para as mulheres, como a libertação de sociedades que ainda são castrantes para elas, quanto a busca de maiores liberdades.

Em que pese o mercado de cuidado de idosos, deficientes e crianças, além das atividades domésticas como um todo, avista-se nos corpos migrantes alvos de mão de obra barata para o desempenho de atividades que irão sustentar as camadas mais altas e ditas produtivas socialmente. É nesse panorama que crescem as ofertas de empregabilidade para mulheres migrantes que desejam atuar em atividades domésticas e de cuidados, em virtude das definições dos papéis de gênero em que as sociedades estão assentadas. Por vezes, esses labores são recusados pelos nacionais, encontrando amparo no sujeito imigrante precarizado e que necessita de emprego para sua execução.

Um exemplo emblemático, analisando os últimos dez anos, refere-se ao estado de Roraima que, em 2010, registrou a entrada de 14 mulheres que migraram da Venezuela para o Brasil. Já em 2019 esse número sobe para 21.010. Amazonas, São Paulo e os Estados do sul do país também seguem a mesma linha, tendo um aumento expressivo da entrada de mulheres não nacionais no território a partir de 2010 com o advento da interiorização de imigrantes. “Dessa forma, a Região Sul praticamente alcançou a Sudeste como principal receptora de trabalhadores. Somadas, as participações de ambas alcançaram 83,5% do total do emprego formal imigrante, em 2019” (Simões, 2021, p. 87).

Na atualidade, as imigrantes que requisitam carteira de trabalho no Brasil com maior afinco são as venezuelanas e haitianas, 51% e 40,2% respectivamente; ainda há um número considerável de cubanas que também laboram no país, 5,5%. Tonhati e Macedo (2020) afirmam, no Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais de 2020, que, em 2019, houve a expedição de 39.831 carteiras de trabalho brasileiras apenas para mulheres que se deslocaram para o território nacional. Essa disparidade, entretanto, reflete as condições impostas em detrimento do gênero, pois as mulheres estão mais propensas a labores informais e acabam por não refletir a realidade laboral dessas imigrantes e não as amparam na legislação trabalhista em voga.

Esse fato desmistifica novamente a migração por motivos de união familiar. O que se percebe atualmente é que uma das motivações principais é a busca por oportunidades de trabalho e melhorias de vida com viés econômico e social. Para além do mercado formal, o mercado de trabalhos domésticos que engloba o *care* abarca uma vasta gama de mulheres que migram. Apontam Vedovato e Martins (2017, p. 1.977) que cerca de 100 mil mulheres migram anualmente para assumir atividades de cunho doméstico no ambiente privado, uma vez que “38% de todas as trabalhadoras migrantes internacionais se encontram na Europa, sendo que 22,8% destas estão realizando trabalho doméstico remunerado”.

Diante do cenário construído por esta pesquisa por meio dos elementos que imbricam na vida de mulheres que migram, foi possível construir o perfil dessas atrizes. O próximo item da pesquisa elucidada, de modo resumido, os resultados obtidos com as entrevistas realizadas com mulheres migrantes em Ijuí/RS.

4 ENTREVISTAS E RESULTADOS

As entrevistas que guiaram os resultados desta pesquisa foram realizadas na cidade de Ijuí-RS com mulheres dos grupos focais, sendo elas: três mulheres que migraram à Ijuí no século passado, de etnias leta e italiana, bem como, cinco mulheres venezuelanas. Ainda, pela falta de mulheres que pudessem responder o questionário semiestruturado do primeiro grupo, foram analisadas três histórias de mulheres junto ao Museu Antropológico Diretor Pestana, localizado na mesma cidade. Essas mulheres eram Berta Glitz, Júlia Lef e Clotilde Beck; todas apresentaram protagonismo em suas histórias, contudo somente os cônjuges é que detiveram reconhecimento público ante a história da cidade.

As informações obtidas demonstraram mudanças, permanências e pontos em comum da vida das entrevistadas. As mulheres do primeiro grupo são de origem europeia, tendo em vista a maciça migração ocorrida no país em consequência da política de branqueamento que regia o governo brasileiro na tentativa de mesclar etnias brancas com os índios, negros e caboclos que aqui residiam. Já as mulheres do segundo grupo possuem origem latino-americana, sendo advindas da Venezuela em detrimento da saída do país por questões de melhoria de vida diante da calamidade econômica em que viviam. Sendo assim, foi possível concluir, com a pesquisa de campo e documental, as mudanças elencadas a seguir:

- 1) A motivação que inicia o ato de migrar dos dois grupos é distinta. Isso porque, no que se refere ao primeiro grupo, a decisão de se deslocar partia do sujeito homem, enquanto a mulher era apenas um adereço nessa jornada. Já no segundo grupo a motivação maior resta evidente quando as mulheres entrevistadas explanam que buscam melhores condições de vida para si e, principalmente, para a prole. A busca pelo sustento e sobrevivência motiva essas mulheres a deixar seu país de origem, mesmo com medo, em busca de uma nova vida em um local completamente diferente do que viveram. Essa mudança coaduna o fenômeno da feminização das migrações, quando se avista uma mudança de perfil migratório e a mulher passa também a ser considerada sujeito ativo no deslocamento.
- 2) Outra mudança encontrada foi o auxílio e amparo recebido pelas mulheres do segundo grupo em comparação às do primeiro, de instituições e órgãos que, de certo modo, auxiliaram na concretização do ato migratório. As venezuelanas afirmaram que em muitos casos obtiveram ajuda de organizações internacionais, como a ONU; de organizações não

governamentais; de entidades religiosas e também do governo brasileiro para regularizar sua situação no país, bem como para encontrar moradia e trabalho. Essas circunstâncias ajudaram essas mulheres e suas famílias a ter uma vida mais digna e com melhores condições do que quando estavam em seu país de origem. Esse fato não ocorrera com as mulheres europeias. Sabendo que a migração tinha o intuito de desenvolvimento do território brasileiro e branqueamento da população, o único auxílio a essas famílias que chegam ao país no século 20 foi a concessão de terras para laborar e produzir. Esse, contudo, era um dos objetivos do governo naquele período, ou seja, o amparo não foi com vistas ao respeito aos direitos humanos desses grupos, mas, sim, para o desenvolvimento da economia local. Ainda assim, a designação de terras às famílias europeias possibilitou que essas se estruturassem na região sem depender de quantias monetárias para tal, o que, possivelmente, auxiliou no enriquecimento das mesmas. Ademais, quanto a esse quesito, ainda foi relatado pelas colaboradoras venezuelanas que também utilizaram o SUS e as escolas públicas, instrumentos que melhoraram sua condição de vida em diversos âmbitos.

- 3) Durante as entrevistas foi possível observar o local de moradia das entrevistadas e as vestimentas que usavam no momento. Também, com os relatos coletados, foi possível perceber uma diferença drástica de situação econômica de ambos os grupos, avistando que as mulheres europeias possuem melhores condições de vida e econômicas que as venezuelanas. Obviamente esse fato não surpreende, tendo em vista que essas deixaram a Venezuela há pouco tempo em consonância da situação política e econômica do país. Do mesmo modo, ratifica-se que o elemento raça é um balizador-chave das estruturas que vão ditar o acesso a direitos e oportunidades dessas mulheres, pois muitas sofrem racismo e xenofobia.
- 4) Por meio da comparação dos dois grupos foi possível perceber que, quanto às atividades reprodutivas e de cuidado, essas permanecem presentes nos dois grupos analisados. A diferença latente nessa seara, contudo, é que enquanto as mulheres europeias laboravam dentro do privado, as mulheres venezuelanas também efetuam essas atividades no rol público. As mulheres do primeiro grupo tinham essas tarefas como atividades primárias, pois ainda lhes recaiam questões como a maternagem e a naturalidade dessas atividades incrustada nos corpos femininos. Quanto às venezuelanas, em sua grande maioria os maridos e companheiros auxiliam com os filhos, porém não com as atividades da casa e, ainda, essas mulheres também desempenham os mesmos atos de forma remunerada quando partem para jornadas laborais no local público. O que se conclui com esse item é que houve uma reconfiguração racial e de classe da divisão sexual do trabalho, na qual sujeitos precarizados e racializados continuam a desempenhar as atividades que os nacionais não desejam, mantendo o ciclo dessas atividades engendradas imutável.
- 5) Por fim, outra diferença identificada com o trabalho de campo foi a mudança de perfil quando comparados aspectos como submissão e empoderamento. As mulheres do primeiro grupo demonstraram uma maior aceitação aos preceitos patriarcais da época e ao sujeito homem a quem estavam atreladas. O poder patriarcal ditava regramentos para sua vida e a posição do homem na família era de provedor e de tomada de decisão. O que foi identificado com a fala das venezuelanas é que essas possuem total domínio de suas vontades e decisões, inclusive muitas delas ou não tinham companheiros ou se separaram

após a mudança para o Brasil, tomando conta de suas vivências sem a figura do homem para conduzi-las, demonstrando uma mudança no cenário de subjugação feminina que dá espaço a um novo tipo de perspectiva de vida e liberdade até mesmo em corpos fragilizados e precarizados.

As entrevistas e as histórias investigadas também apontaram uma grande permanência, a qual confirma a hipótese inicial deste estudo: os trabalhos reprodutivos e de cuidado são realizados em, ao menos, uma instância da vida das mulheres investigadas. Quanto às europeias, ele era feito no privado sem remuneração, posto que muitas não laboravam fora desse espaço, ou, quando faziam, era para auxiliar o marido, sendo o homem o provedor da casa e a pessoa de referência daquele núcleo familiar.

As mulheres investigadas no Museu da cidade possuem trajetórias peculiares. Muito embora exercessem tais atividades, ainda assim tiveram de assumir outros papéis no espaço público quando os maridos estavam ausentes. Da mesma maneira, atuando em locais onde era tradicional a presença do homem, essas mulheres demonstraram uma total aptidão para as atividades ímpares que desempenharam, tendo influência direta no desenvolvimento da região e na construção da cidade. Não recebiam, contudo, a notoriedade que mereciam, uma vez que suas histórias somente são encontradas quando pesquisados os nomes dos esposos junto a documentação do Museu.

A percepção quanto a essas atividades é diferenciada no caso das venezuelanas. Isso porque os trabalhos domésticos são a porta de entrada para elas no que se refere à obtenção de renda e sobrevivência da família. Pela burocracia e dificuldade de reconhecimento de diplomas universitários estrangeiros e a falta de oportunidade em suas áreas profissionais, essas mulheres acabam por desempenhar trabalhos secundários para poder se manter no Brasil, e não somente a elas, mas também com vistas ao sustento de toda a prole e ainda enviando remessas de dinheiro para a família que ficou na Venezuela.

Sendo assim, confirma-se a hipótese do mesmo modo que se confirma a teoria de que essas atividades se mercantilizaram e ainda assim utilizam-se de estereótipos de gênero, raça e classe para se manter vigorando. Ocorre que esses trabalhos, por vezes, são precarizados, retiram as forças dos corpos que, subvertidos pela lógica capitalista, são explorados e têm seus direitos trabalhistas e humanos relativizados, alimentando o ciclo da feminização da pobreza, sendo esse outro ponto de similitude entre os casos: a não observação dos direitos humanos desses agentes.

Em todas as falas foi compreendido que o ato de deslocamento por si só não respeita a dignidade humana. São diversas as mazelas que os sujeitos que migram passam até que consigam se estabelecer em uma localidade. O medo, a insegurança, o risco de morte, a fome, a aglomeração em barracões com tantos outros, a falta de dinheiro, a insalubridade e o total descaso que essas mulheres passam ao longo da locomoção, são elementos que se repetem nos casos elucidados aqui. O que resta claro é que nada disso impede que essas mulheres e sua prole se desloquem em prol da esperança de uma vida melhor e mais digna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada propôs mesclar uma série de aspectos que se prospectam na vida feminina migrante europeia e latino-americana a fim de vislumbrar a execução de trabalhos reprodutivos e de cuidado – denominados popularmente de trabalhos domésticos – não só no espaço familiar da casa e do privado, mas também diante do espaço público mediante o recebimento de remuneração. Este estudo desenvolve-se com respaldo em dois núcleos centrais de análise, quais sejam: mulheres europeias que migram a Ijuí/RS no século 20 e mulheres latino-americanas que migram para a cidade no século 21.

Apesar do aparato biopolítico inserido nos corpos investigados e esses padecerem de todo tipo de precariedade e vulnerabilização de sua vida, este estudo não intentava abordar a atuação das mulheres migrantes como vítimas frágeis e passivas usurpadas pelo patriarcado. Pelo contrário; a pesquisa teve como foco apontar as resistências dessas mulheres que, mesmo em situações de debilidade, continuavam a lutar por vidas mais dignas e locomovendo-se em prol de si mesmas e de outros, como a própria prole ou os parentes que restavam no seu país de origem.

O simples fato da capacidade de reprodução classificou as mulheres do mundo todo como naturalmente aptas a desempenhar tais atividades. Isso fez com que a imposição de tarefas dentro da casa e a necessidade de laborar fora desse espaço para sobrevivência aglutinasse jornadas laborais nos corpos femininos, cansando-as, precarizando-as e perpetuando uma cultura centrada no homem produtor de capital. Essa realidade implica a manutenção dos estereótipos que se pensava estarem superados e mantém esse ciclo vivo, uma vez que os labores reprodutivos e de cuidado são perpetrados no silêncio dos lares, o que dificultaria a modificação do *status quo*.

A investigação de estudos feministas mostrou que a gratuidade do trabalho realizado pelas mulheres dentro de casa advém de uma relação afetiva, diante da interligação entre público e privado, que originou um contrato sexual conectando o sexo com o gênero e ditando espaços de atuação do masculino e do feminino. É por meio dessa relação – de poder – que o trabalho da mulher dentro da casa passa a não ter valor, mas que, ainda assim, sustenta a base da cadeia produtiva quando provém a manutenção dos trabalhadores que saem do privado para trabalhar diariamente. Esse panorama tornou a família uma instituição de trabalho não assalariado.

Esse serviço prestado, todavia, quando sai da esfera privada, adquire valor e visibilidade quando essas mulheres atendem necessidades de terceiros que não o marido/companheiro e filhos, ou, então, haveria também a notoriedade da atividade caso parassem de exercê-la por completo. Nesse segundo cenário, afirma-se, diante da pesquisa realizada, que a cadeia produtiva, a família e a sociedade como um todo, igualmente seriam drasticamente afetadas. O trabalho doméstico, entretanto, continua invisível porque é internalizado ao corpo da mulher e realizado diariamente.

Esses labores são constituídos por intermédio dos papéis de gênero, construindo um signo que se insere nos corpos femininos e que aloca a mulher em um espaço destituído de poder e apartado das tomadas de decisão. Por consequência da maternagem, as mulheres desenvolvem aptidões e habilidades quando necessário, o que não significa que todas as mulheres desempenham trabalhos reprodutivos e de cuidado simplesmente porque “nasceram para isso”. Utilizando-se de uma sistemática simbólica e estrutural de poder

e dominação, o mito do “feito com amor” é utilizado pelo patriarcado e pelo capital para manter o ciclo vicioso que aprisiona as mulheres.

Esse aprisionamento se dá de duas formas: quando retira parte das mulheres das atividades públicas, exigindo que essas fiquem em casa atuando no doméstico e cuidando da prole e, ainda, segregando mulheres em detrimento de outras; e a segunda forma precariza mulheres duplamente, tendo em vista que aquelas que precisam laborar fora do privado acabam por contratar outras precarizadas para desempenhar suas atividades.

Quando essa jornada remunerada se encerra, esses dois núcleos de vida femininos partem para seus lares e uma nova jornada laboral inicia-se, sendo cada uma em sua residência, resultando em duplas jornadas de trabalho. Por consequência disso, o trabalho remunerado se dá de forma diferente não apenas entre homens e mulheres, mas dentre as próprias mulheres.

Nesse aspecto, esta investigação vislumbrou uma verdadeira perpetuação da genderização de atividades que retira a carga de labor de uma mulher, mas acaba recaindo em outra que está em uma condição vulnerável por meio da delegação de tarefas no qual os signos da raça e da classe seguem incrustados em seus corpos. A investigação e o debate acerca dos estudos feministas que abordam a temática dos trabalhos reprodutivos e de cuidado em torno da execução gratuita desse, portanto, também impulsiona a reflexão acerca da utilização do gênero como balizador de aptidões que delegam espaços e características e que imbricam na desigualdade de classe quando é corroborado pela feminização da pobreza.

Esse fato fez com que esta pesquisa adquirisse um caráter interseccional, de modo que não havia como analisar o gênero sem atrelá-lo à raça, classe e nacionalidade quando se intentava perscrutar como esse influenciava nas atividades reprodutivas e de cuidados desempenhadas pelas imigrantes em Ijuí. Uma vez que as diversas relações de poder, exploração e dominação feminina encontram-se em diversos corpos seguindo os mesmos caminhos, devem, então, ser avistadas em conjunto como elementos estruturantes e convergentes entre si.

A interligação entre gênero e classe mostra que grupos de mulheres de classe média a baixa são os alvos mais prósperos do sistema econômico para que se mantenha a relação de dominação e de (re)produção biológica e material do capitalismo. Esse interligamento usurpa de avenidas identitárias para subjugar as mulheres diante do capitalismo, mas também as subjuga internamente quando mulheres negras são delegadas a realizarem as tarefas que as mulheres brancas que laboram no setor público deixam de fazer. Tal situação confere uma falsa liberdade e empoderamento à medida que se reutiliza do labor de uma mulher racializada para manter o ciclo do trabalho doméstico.

Dito isso, não há como separar o sexismo e o racismo do panorama exemplificado, por tratarem-se de uma via de mão dupla que vulnerabiliza e precariza os corpos abjetos. O racismo é interceptado por outras estruturas e se esquece que a junção de desigualdades em um mesmo corpo obstaculiza a luta global de diminuição dessas opressões, que refletem diretamente nas mulheres que ajudaram a construir esta pesquisa. Aventando a existência de uma divisão sexual do trabalho e aglutinando gênero e raça, quando esses temas se inserem na vertente capitalista, foi possível identificar que o trabalho realizado pelas mulheres dentro do privado torna-se útil e remunerado quando trazido ao setor público.

Mediante a demanda de pessoas que pudessem exercer essas atividades fora de seu espaço doméstico em detrimento da necessidade de cuidar de crianças e idosos e de executar as atividades doméstica em lares onde mulheres passam a atuar em uma atividade profissional, esse leque de labores passa a ser mercantilizado em prol da manutenção da produção de capital. Usurpando corpos predeterminados e interseccionados, o mercado avista na mulher um indivíduo cujas possibilidades de exploração diante da mão de obra barata são estruturais para a manutenção do sistema. Ademais, no labor desempenhado no espaço doméstico essa mulher continua executando atividades invisibilizadas e não remuneradas.

Essa cadeia social tem seu funcionamento com base na máxima de que os trabalhos domésticos são o sustentáculo estruturante das atividades que são desempenhadas no público pelos homens e por mulheres menos interseccionadas que outras. Sendo assim, a mulher ocupa um lugar útil na economia, uma vez que labora em sua ocupação máxima e continua desempenhando aquilo que “nasceu para realizar” de forma gratuita.

Para além disso, mesmo não avistadas como produtoras de capital no espaço doméstico, as mulheres desenvolvem atividades reprodutoras, ou seja, a reprodução de seres humanos também alimenta o capitalismo na medida em que, além de gerar e parir, são as mulheres quem mantêm e alimentam seres humanos que irão girar a roda capitalista. Esses atos, dentro do âmbito privado, geram seres que irão atuar e produzir fora desse local, reverberando em outras esferas da vida, o que torna esse processo tão importante quanto o trabalho remunerado que cria produtos e disponibiliza serviços. Essa premissa reflete na teoria da reprodução social que fora explorada pela pesquisa e que dá visibilidade a todas as atividades esquecidas dentro das paredes da casa.

Com vistas a todos esses temas, a pesquisa de campo buscou investigar os trabalhos reprodutivos e de cuidado desempenhados por mulheres migrantes na cidade de Ijuí, sendo composta de entrevistas, com base em questionário semiestruturado, e de coleta de dados no Museu da cidade para complementação das informações acerca de mulheres que já haviam falecido à época da investigação, mas suas histórias confundiam-se com o desenvolvimento da própria localidade.

Em todas as falas foi compreendido que o ato de deslocamento por si só não respeita a dignidade humana. São diversas as mazelas que os sujeitos que migram passam até que consigam se estabelecer em uma localidade. O medo, a insegurança, o risco de morte, a fome, a aglomeração em barracões com tantos outros, a falta de dinheiro, a insalubridade e o total descaso que essas mulheres passam ao longo da locomoção, são elementos que se repetem nos casos aqui elucidados. O que resta claro é que nada disso impede que essas mulheres e sua prole desloquem-se em prol da esperança de uma vida melhor e mais digna.

Explanadas tais considerações, acredita-se que, assim como propôs Silvia Federici (2019), a obtenção de “salários para donas de casa” possa ser uma saída viável para dar visibilidade aos sujeitos que laboram no espaço privado desempenhando as atividades basilares da sociedade e da estrutura capitalista. Diante do percebimento da remuneração, que pode partir de aparatos governamentais como incentivo e reconhecimento dessas mulheres, que são a estrutura do mercado produtivo, demarcam-se limites à execução dessas tarefas e possibilita-se, também, como elencava a autora, a negatória de desempenho das mesmas.

Semelhantemente, o alargamento da faixa de direitos que poderão ocorrer em prol dessa remuneração para trabalhos reprodutivos e de cuidado na área doméstica faz com que as mulheres, que estão reclusas nesse local, possam obter renda também para a idade senil, se for observado que, caso essas mulheres não tenham renda e não contribuam com a Previdência Social, por exemplo, não obterão meios de se manter quando não puderem mais laborar. A remuneração demarca a atividade como imprescindível para a manutenção humana e a reprodução de novos indivíduos que vão atuar no mercado produtivo, da mesma maneira que demarca o período estipulado que pode ser dispensado ao desempenho dessa jornada laboral.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. *Heroínas ou servas do capital: trabalho reprodutivo migrante e o controle social da força de trabalho de mulheres*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18337?locale=pt_BR. Acesso em: 27 abr. 2021.
- ANDERSON, Perry. *Origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*. Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ASSIS, Glaucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2004. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_a96f1acaa285614ccbec822216de3134. Acesso em: 19 jul. 2021.
- BRASIL. *Lei Federal nº 14.280*, de 28 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.280-de-28-de-dezembro-de-2021-370594708>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A pandemia de COVID-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 373-380.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Lossandro Antonio. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. Boitempo: São Paulo, 2021. *E-book*.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 17 set. 2020.
- FEDERICI, Sílvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 30 mar. 2006.
- HIRATA, Helena. *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cerlac: Fundação Friedrich-Ebert Stiftung, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações? *REHMU*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 1-14, 2007. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.
- MIGNOLO, Walter. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318360741_COLONIALIDADE_O_LADO_MAI_ESCURO_DA_MODERNIDADE. Acesso em: 15 maio 2021.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO PENESB-RJ, 3., 2003. 5 nov. 2003. Disponível em: geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismoidentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

- NIELSSON, Joice Graciele. *O liberalismo democrático-igualitário e a justiça feminista: um novo caminho*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Pós-Graduação em Direito, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6094/Joice+Graciele+Nielsson.pdf;jsessionid=A5C1EF7520597A5192CEBDA65EE2D25E?sequence=1> Acesso em: 5 abr. 2017.
- OKIN, Susan. *Gênero, o público e o privado*. Tradução Flávia Biroli. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008.
- PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14254>. Acesso em: 11 maio 2021.
- SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia e Sociedade*, v. 30, ed. 2, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329407751_NOTAS_DESOBEDIENTES_DECOLONIALIDADE_E_A_CONTRIBUICAO_PARA_A_CRITICA_FEMINISTA_A_CENCIA. Acesso em: 10 maio 2021.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 52, 2002.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005.
- SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Relatório RAIS 2019: A inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.
- STURZA, Janaína Machado; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi. Do direito à saúde reprodutiva feminina ao poder biopatriarcalista de gestão das vidas humanas: o controle dos corpos das mulheres migrantes. *Revista de Biodireito e Direito dos Animais*, v. 6, n. 1, p. 75-93, 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/6629>. Acesso em: 16 set. 2020.
- SILVA, M. Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. *Entrelaçando – Revista Eletrônica de Cultura e Educação. Caderno Temático: Educação e Africanidades*, n. 4, nov. 2011. Disponível em: [www2.ufrb.edu.br>phocadownload>category](http://www2.ufrb.edu.br/phocadownload/category). Acesso em: 12 abr. 2021.
- TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Imigração e refúgio no Brasil*. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.
- VEDOVATO, Luís Renato; MARTINS, Ester Gouvêa. Migração internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, p. 1.975-2.009, set. 2017. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/23572>. Acesso em: 14 maio 2022.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward an unitary theory*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.
- WICHTERICH, Christa. *Direitos sexuais e reprodutivos*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015.
- ZIRBEL, Ilze. *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Pós-Graduação em Sociologia Política, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90380>. Acesso em: 2 nov. 2021.

Artigo confeccionado a partir da pesquisa de tese de Doutorado junto ao programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Unijuí.

Autora correspondente:

Júlia Menuci

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí

Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Rua do Comércio, Nº 3000 – Bairro Universitário. Ijuí/RS, Brasil. CEP 98700-000

E-mail: juliamenuci@hotmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

